UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIÊ KINTSCHEV LOPES

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES: evidências a partir do IDEB (2005-2023).

Ponta Porã – MS
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIÊ KINTSCHEV LOPES

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES: evidências a partir do IDEB (2005-2023).

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Victor Azambuja Gama

PONTA PORÃ - MS
2024

L854q Lopes, Mariê Kintschev

A qualidade da educação nos municípios sul-mato-grossenses : evidências a partir do IDEB (2005-2023) / Mariê Kintschev Lopes. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2024.

42 p.

Artigo (Graduação) – Ciências Econômicas – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Victor Azambuja Gama.

1. Capital humano 2. Qualidade educacional 3. IDEB 4. Políticas educacionais I. Gama, Victor Azambuja II. Título

CDD 23. ed. - 379.8171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Bruna Peruffo Vieira – CRB 1/2959

Resumo

Esta pesquisa, fundamentada na teoria do capital humano, investigou a qualidade da educação nos municípios sul-mato-grossenses, utilizando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como principal indicador. O objetivo da pesquisa foi analisar o IDEB nos municípios sul-mato-grossenses, de 2005 a 2023, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e de 2017 a 2023 para o ensino médio. A pesquisa buscou identificar tendências, avanços e desafios na qualidade da educação, fornecendo um retrato detalhado da performance educacional e contribuindo para o entendimento das dinâmicas locais de formação de capital humano. A metodologia de pesquisa empregou métricas como médias, desvio padrão, notas mínima e máxima, variação de posições no ranking e taxas de crescimento anual do IDEB. Essas estatísticas foram essenciais para avaliar as dinâmicas educacionais, permitindo uma análise abrangente e detalhada do desempenho dos municípios ao longo do tempo. Nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, os resultados mostraram avanços consideráveis, com aumento nas médias e nas notas mínima e máxima, indicando um progresso geral na qualidade do ensino. No entanto, o aumento do desvio padrão sugere uma maior dispersão nos resultados, refletindo desigualdades regionais. No ensino médio, embora o aumento na média tenha sido menor, a análise destacou taxas de crescimento significativas para alguns municípios, acompanhado de crescimento consideravelmente negativo para outros municípios, evidenciando um crescimento mais desigual.

Palavras-chave: Capital humano; IDEB; Qualidade educacional; Mato Grosso do Sul; Políticas Educacionais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....5
2. O IMPACTO DO CAPITAL HUMANO NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E EVIDÊNCIAS.....7
2.1 Educação e Crescimento Econômico.....8
2.2 Educação e Desenvolvimento Econômico.....9
3. DADOS E METODOLOGIA.....11
3.1 Dados.....12
3.2 O IDEB.....12
3.3 Cálculo do IDEB.....14
3.4 Metodologia.....15
4. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES.....17
4.1 IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).....18
4.2 IDEB para anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).....21
4.3 IDEB para o ensino médio.....24
5. CONCLUSÃO.....28
6. REFERÊNCIAS.....30
7. ANEXOS.....33

1. INTRODUÇÃO

A educação é fundamental para o progresso de um país, pois contribui tanto para o desenvolvimento econômico quanto para mudanças sociais significativas, como melhorias nas condições de saúde e maior participação democrática (FELÍCIO E FERNANDES, 2005). Pesquisas indicam que maiores níveis educacionais estão associados ao aumento dos salários e à estabilidade do mercado de trabalho, promovendo assim uma elevação na produtividade dos indivíduos e suas rendas (MENEZES-FILHO, 2007).

Além disso, a educação desempenha um papel crucial na distribuição de rendimentos, sendo vista como uma estratégia eficaz para romper ciclos de pobreza (BARROS et. al., 2001). Políticas públicas que incentivam investimentos em educação são essenciais para o desenvolvimento econômico, já que esses investimentos permitem uma melhor distribuição de renda e contribuem para o crescimento sustentável de uma nação (PEREIRA E LOPES, 2014; ALBERNAZ, FERREIRA E FRANCO, 2002),

O modelo de crescimento econômico proposto por Mankiw, Romer e Wheil (1992) destacou o investimento em capital humano como uma variável chave para o aumento da produtividade e do produto econômico. Embora já existam muitos estudos sobre o impacto do capital humano no crescimento econômico, Hanushek e Kimko apontaram que a qualidade da educação, mais do que a quantidade, é crucial para explicar a contribuição do capital humano ao crescimento, com a qualidade da força de trabalho sendo altamente correlacionada ao desenvolvimento econômico.

No contexto dos indicadores nacionais de educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), capta tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos da formação de capital humano. O índice combina a avaliação do desempenho acadêmico dos alunos, que reflete a qualidade do aprendizado (aspecto qualitativo), com a taxa de aprovação escolar, que considera o fluxo e a permanência dos estudantes no sistema educacional (aspecto quantitativo). Ao integrar esses dois componentes, o IDEB oferece uma visão abrangente do sistema educacional, medindo não apenas o que os alunos estão aprendendo, mas também sua progressão ao longo das etapas escolares, o que é essencial para garantir a formação eficaz e contínua do capital humano (INEP, 2024).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado e disponibilizado para três níveis distintos de ensino dentro da educação básica: Ensino Fundamental (anos iniciais), Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio Regular. Ao

analisar os dados, observou-se que o desempenho dos alunos sul-mato-grossenses ao longo das 10 edições realizadas[1] tem melhorado gradualmente.

De acordo com o IDEB total[2] para o Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais do estado de Mato Grosso do Sul, verificou-se que o índice saltou de 3,6 em 2005 para 5,6 em 2023, correspondendo a uma variação de aproximadamente 55,5%. No que se refere ao IDEB total para o Ensino Fundamental Regular - Anos Finais, a unidade federativa em questão apresentou um índice de 3,4 no início do período analisado, alcançando 4,8 no final, o que resultou em um incremento de cerca de 41,18%. Finalmente, ao observar o IDEB total para o Ensino Médio Regular, o sistema educacional sul-mato-grossense registrou um aumento de 3,3 no início da série para 4,0 no ano final, refletindo um crescimento de aproximadamente 21,21% (INEP, 2024).

Todavia, apesar desse progresso, um ponto relevante é que, ao considerar o ranking das unidades federativas em termos do IDEB alcançado, Mato Grosso do Sul está mal posicionado. Na edição de 2023, considerando os três níveis de ensino, os índices obtidos por Mato Grosso do Sul superaram apenas os índices obtidos por alguns estados do Norte (Amapá, Maranhão e Roraima) e do Nordeste (Bahia e Rio Grande do Norte). Portanto, esses resultados evidenciam o baixo nível da qualidade da educação básica no estado.

Tendo isso em vista, o objetivo do presente trabalho é analisar a evolução da qualidade da educação básica no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2005 a 2023, com ênfase na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ao nível dos municípios, para identificar as tendências, avanços e desafios na formação de capital humano. Portanto, a pesquisa visa oferecer um retrato detalhado da performance educacional, integrando aspectos quantitativos e qualitativos da formação de capital humano.

A contribuição e originalidade desta pesquisa reside na análise detalhada e regionalizada da qualidade da educação nos municípios sul-mato-grossenses, oferecendo uma visão abrangente das disparidades educacionais no estado ao longo de quase duas décadas. Ao utilizar o IDEB como indicador central, a pesquisa não apenas destaca as áreas de vulnerabilidade educacional, mas também propõe intervenções específicas para melhorar a equidade e a qualidade da educação em diferentes regiões.

---

[1] Os resultados do IDEB se encontram na sua 11ª edição. Com início em 2005, a avaliação é realizada de dois em dois anos. Entretanto, apenas as edições de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023 estão disponíveis para consulta no site do INEP.

[2] O IDEB total é uma média ponderada que inclui tanto as escolas públicas quanto as privadas. Ele fornece uma visão geral da qualidade da educação básica no Brasil, considerando todos os estudantes independentemente do tipo de instituição em que estão matriculados.

Ademais, a abordagem integrada que combina análises temporais e comparativas com visualizações georreferenciadas dos dados, algo pouco explorado em estudos anteriores, permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais locais e oferece subsídios mais precisos para a formulação de políticas públicas direcionadas.

Além desta introdução, o trabalho foi organizado em mais cinco seções. Na segunda seção, foi apresentada a estrutura teórica que explica como a variação no nível educacional de uma população pode impactar tanto o aspecto quantitativo (crescimento econômico) quanto a dimensão qualitativa (melhoria do bem-estar) do desenvolvimento econômico. Na terceira seção, foram apresentados os dados e a metodologia da pesquisa. Em seguida, foram discutidos os resultados da análise dos indicadores alcançados pelos municípios sul-mato-grossenses, e, finalmente, a quinta seção trata das considerações finais.

2. O IMPACTO DO CAPITAL HUMANO NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E EVIDÊNCIAS.

A relação entre ganhos de produtividade e o investimento em processos formais de educação tornou-se objeto de interesse para muitos pesquisadores. Mais precisamente, surgiram estudos que procuraram formalizar o efeito do capital humano sobre o nível de renda e a taxa de crescimento no final dos anos 1950 e início da década de 1960 (NAKABASHI e FIGUEIREDO, 2008; ALMEIDA, 2005). Nesse contexto, os estudiosos da teoria do crescimento aproveitaram o fundamento teórico do termo capital humano, que foi inicialmente empregado por três acadêmicos da Universidade de Chicago: Jacob Mincer, Gary Becker e Theodore Schultz. Ademais, cabe enfatizar que a origem da Teoria do Capital Humano ocorreu paralelamente ao momento em que a Economia da Educação estava sendo definida como uma área de pesquisa (PAIVA, 2011).

Tendo em vista esse arcabouço teórico, o objetivo desta seção foi explorar o conceito de capital humano e sua relação intrínseca com o crescimento e o desenvolvimento econômico. Através de uma revisão teórica de trabalhos seminais, a seção buscou estabelecer a importância do capital humano como elemento essencial para o progresso econômico e social, bem como a direção da relação entre as variáveis consideradas.

Esta discussão teórica fornecerá a base para a análise empírica subsequente do Índice de Educação Básica (IDEB) nos municípios, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam a qualidade da educação e, consequentemente, o desenvolvimento econômico regional.

2.1 Educação e Crescimento Econômico

Inicialmente, o termo "capital humano" foi incorporado na análise econômica com o objetivo de compreender a dinâmica da distribuição de renda entre os indivíduos. O estudo seminal de Mincer (1958), intitulado “Investment in Human Capital and Personal Income Distribution”, procurou associar o retorno salarial dos trabalhadores aos seus níveis de instrução. De acordo com o autor, “[...] a dispersão da renda [...] deve estar relacionada positivamente com a quantidade média de investimento em capital humano” (1958, p. 301, tradução nossa), e “a evidência empírica é claramente consistente com as implicações do modelo sobre os efeitos da educação, ocupação e idade nos padrões de distribuição de renda pessoal” (1958, p. 302, tradução nossa). Contudo, como o aumento dos níveis educacionais de uma população poderia contribuir para o aumento da renda na perspectiva agregada e, consequentemente, colocar um país em uma trajetória de crescimento econômico? Basicamente, o investimento em capital humano pode contribuir para o aumento do produto por três diferentes vias.

A primeira via pela qual o capital humano impacta o produto é o aumento da produtividade dos trabalhadores. Schultz (1962) afirmou que nem todas as capacidades necessárias para desempenhar atividades econômicas surgem no momento do nascimento, mas se desenvolvem em decorrência de um investimento pessoal. Ao decidirem investir em si mesmos por meio de processos educacionais ou de treinamento, as pessoas podem melhorar suas habilidades como produtoras e consumidoras. Seguindo essa linha de raciocínio, as aptidões adquiridas por meio da educação têm um impacto positivo na produtividade da força de trabalho e, consequentemente, contribuem diretamente para o aumento do produto.

A segunda via pela qual o acúmulo de capital humano contribui para a maximização da renda agregada está no desenvolvimento e na adoção de novas tecnologias. Nelson e Phelps (1966) salientaram que o grau de adaptação e aprendizado exigido frente às mudanças tecnológicas varia entre as diferentes categorias de trabalho. Quando não há mudanças no processo produtivo, as habilidades adquiridas nos primeiros anos de escolaridade seriam suficientes para o desempenho adequado das funções. No entanto, certas atividades exigem habilidades específicas e um aperfeiçoamento contínuo devido às inovações e mudanças nos processos produtivos. Nesse contexto, os profissionais que trabalham em setores sensíveis a essas mudanças devem expandir seus conhecimentos para absorver novos processos

produtivos e tecnologias. Portanto, os processos formais de educação são extremamente importantes.

A terceira via que relaciona o acúmulo de capital humano ao crescimento econômico baseia-se na ideia de que sociedades com níveis educacionais mais elevados tornam seus indivíduos mais capazes de lidar com situações de desequilíbrio econômico. Para Schultz (1975), desequilíbrios podem ocorrer quando há excesso de oferta ou demanda nos mercados de bens, serviços e trabalho. A capacidade de superar essas situações está intimamente associada ao nível educacional, pois pessoas mais instruídas seriam capazes de identificar e resolver esses desequilíbrios. Além disso, estariam aptas a calcular os custos e benefícios esperados das decisões possíveis e a tirar vantagem das situações de contingência.

2.2 Educação e Desenvolvimento Econômico

Os efeitos decorrentes do investimento em processos formais de educação não se restringem apenas aos impactos quantitativos, expressos em termos de expansão do produto de uma economia. É imprescindível considerar também as mudanças no aspecto social (aspecto qualitativo). O primeiro trabalho a enfatizar esse aspecto foi desenvolvido por Haveman e Wolfe (1984), que procuraram entender os impactos da educação sobre o bem-estar social da população por meio das externalidades positivas. Nesta pesquisa, foi elaborado um quadro que fornece um resumo sistemático das principais inferências, destacando como a educação afeta as condições socioeconômicas de uma localidade via impacto do ensino escolar. Além disso, o instrumento fornece uma descrição detalhada da natureza econômica do efeito considerado. Por exemplo, melhorias nas condições de aprendizagem e aumento do desempenho escolar podem gerar impactos positivos em produtividade, remuneração, lazer, saúde, fertilidade, eficiência na escolha do consumidor, redução da criminalidade, coesão social, mudanças tecnológicas, poupança e doações.

Moretti (2002) analisou os impactos de pessoas com diplomas de ensino superior em uma cidade sobre o retorno salarial dos demais habitantes dessa localidade. Os resultados empíricos mostraram que um aumento de 1% na proporção de pessoas com diplomas de bacharel fez com que o salário médio do município aumentasse entre 0,6% e 1,2%. Portanto, indivíduos diplomados beneficiaram diretamente aqueles que não conseguiram completar o ciclo acadêmico. Moretti e Lochner (2001) mostraram que a educação gerou externalidades positivas sobre os índices de criminalidade. Em outras palavras, quanto mais conhecimento as

pessoas acumulam e avançam em suas metas acadêmicas, menor é a incidência de aprisionamento, que caiu entre 11% e 16%. Assim, os autores concluíram que, do ponto de vista das políticas públicas, é mais vantajoso investir na escolaridade dos indivíduos do que em policiamento, por exemplo.

A influência da educação também foi verificada na área da saúde. De acordo com Leigh (1998), existe uma relação inversamente proporcional entre nível de escolaridade e tabagismo. Seguindo essa linha de raciocínio, Schultz (2001) ressaltou o papel da educação na redução da mortalidade infantil. A evidência empírica sugere que mães e familiares com níveis de educação mais avançados proporcionam melhores cuidados com a saúde dos filhos, resultando em um melhor desempenho escolar destes.

Segundo Gemmell (1997), a educação provoca efeitos externos de medida macroeconômica. A premissa é que o investimento em capital humano atrai investimentos em capital físico. Nesse sentido, o investimento na educação média, entre as etapas de ensino estabelecidas, foi o que mais apresentou relação complementar com o acúmulo de capital físico. Borjas (1995) considerou o canal de efeito sobre a segregação racial. Ao analisar o padrão de vizinhança norte-americano, ele mostrou que aspectos inerentes à etnicidade impactaram diretamente o nível de renda dos descendentes. Especificamente, observou que quanto mais racialmente segregada for a vida de uma criança, menor será a chance de alcançar a renda média da população futuramente. Nesse contexto, os processos formais de educação desempenham um papel preponderante ao integrar socialmente essas etnias e romper o ciclo de pobreza e segregação socioeconômica.

A abordagem de Jaffe et al. (1993) considerou os efeitos sobre a inovação tecnológica, discutindo a capacidade de dispersão e transbordamento do conhecimento por meio do registro de patentes. Os autores argumentaram que a proximidade física de indivíduos inovadores maximiza a geração de ideias e inovações para todos conectados a esse processo em uma cidade específica.

A análise da relação entre educação e desenvolvimento econômico foi diretamente abordada pelo trabalho de Rauch (1993) no contexto das cidades norte-americanas. De acordo com a especificação de seu modelo, foram incluídas variáveis para captar as condições climáticas, a concentração demográfica, os preços de aluguéis e as atrações culturais, para explicar como a educação impacta a produtividade dos trabalhadores e de seus pares na mesma cidade. Assim, a cada ano adicional de escolaridade, a produtividade geral aumentou cerca de 2,8%.

Finalmente, Baum e Lin (1993) analisaram o impacto dos gastos do governo nos setores de defesa, bem-estar e educação sobre a taxa de crescimento do PIB per capita em países desenvolvidos e em desenvolvimento durante os anos de 1975 a 1985. Os autores observaram que os três setores exercem efeitos distintos sobre o crescimento econômico dos países analisados, mas, em todos os casos, a taxa de crescimento dos gastos com educação teve um impacto positivo significativo sobre o crescimento econômico. No entanto, o retorno do investimento em educação sobre o desenvolvimento econômico pode variar dependendo da situação econômica de cada país no período analisado.

Quadro 1 – Investimento em educação e canais de transmissão.

Natureza	Dimensão	Canais de transmissão
Quantitativa	Crescimento econômico	Aumento da produtividade
		Aumento da adoção e difusão de novas tecnologias
		Capacidade de superar situações de desequilíbrios econômicos
Qualitativa	Melhoria das condições de bem-estar social	Aumento do lazer
		Aumento das condições de saúde
		Ingresso e remuneração no mercado de trabalho
		Redução da criminalidade
		Diminuição da desigualdade social

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Em suma, o aumento das despesas públicas em educação e, consequentemente, a elevação do nível educacional de uma população pode contribuir tanto para a expansão do aspecto quantitativo (crescimento econômico) quanto para o incremento da dimensão qualitativa (melhoria das condições de bem-estar social) do desenvolvimento econômico. O Quadro 1 fornece uma síntese dos canais de transmissão discutidos nesta seção.

3. DADOS E METODOLOGIA

O objetivo desta seção foi apresentar e detalhar a base de dados utilizada e a metodologia adotada para a análise dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos municípios sul-mato-grossenses. Essa seção é fundamental para a realização da

pesquisa, pois fornece a estrutura metodológica que orienta a coleta, o tratamento e a análise dos dados. Além disso, a clareza na descrição dos métodos utilizados contribui para a replicabilidade do estudo e para a validação das conclusões, oferecendo uma contribuição sólida para o entendimento da relação entre a qualidade da educação e o desenvolvimento econômico na região.

3.1 Dados

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela realização de estudos e pesquisas que subsidiam a formulação de políticas públicas educacionais. Entre suas atribuições, estão a realização de avaliações em larga escala, o desenvolvimento de sistemas de indicadores educacionais, a elaboração de censos educacionais, e a análise de dados relacionados à educação em todos os níveis de ensino no Brasil (INEP, 2023).

Os dados do IDEB estão disponíveis desde 2005, ano que marca o início da série histórica dos resultados. Desde então, o INEP tem publicado os resultados do IDEB a cada dois anos, fornecendo uma base de dados consistente para análise e comparação do desempenho educacional ao longo do tempo. Esses dados estão acessíveis ao público por meio do portal do INEP, permitindo que pesquisadores, gestores educacionais, e a sociedade em geral acompanhem o progresso da educação básica no país.

Calculado a cada dois anos, sempre em anos ímpares, o IDEB procura refletir a situação da educação básica em diferentes momentos no tempo. Essa periodicidade permite o acompanhamento regular das mudanças e tendências na qualidade da educação, além de possibilitar a avaliação do impacto das políticas públicas implementadas entre as edições. Atualmente, estão disponíveis para consulta no site do INEP as edições de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023.

3.2 O IDEB

O IDEB foi concebido para ser um indicador simples e objetivo, capaz de sintetizar a qualidade do ensino em diferentes etapas e redes de ensino, servindo como base para o desenvolvimento de políticas educacionais. O principal objetivo deste índice é medir e

monitorar a qualidade da educação básica no Brasil, fornecendo um indicador que combina aspectos de desempenho acadêmico e fluxo escolar. O IDEB busca incentivar a melhoria contínua das escolas e redes de ensino, estabelecendo metas de desempenho que orientam políticas educacionais e ações pedagógicas, com o intuito de elevar a qualidade do ensino oferecido em todo o país.

É importante notar que o índice é calculado para três etapas distintas da educação básica: os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e o ensino médio regular. Cada uma dessas etapas apresenta desafios específicos, e o IDEB reflete as condições de ensino e aprendizagem em cada uma delas, permitindo uma análise detalhada do desempenho escolar ao longo do ciclo educacional.

Ademais, o IDEB é calculado para diferentes redes de ensino, incluindo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada. Essa distinção é importante para identificar diferenças de desempenho entre as redes e orientar intervenções específicas que possam melhorar a qualidade da educação em cada contexto. O INEP também divulga o IDEB agregado (total), que considera tanto as escolas públicas quanto as privadas, oferecendo uma visão abrangente do sistema educacional brasileiro.

Outro aspecto importante é que o IDEB pode ser direcionado a diversos públicos: gestores públicos e privados da educação, que utilizam o índice para planejar e avaliar políticas e ações; professores e diretores, que podem identificar áreas de melhoria em suas escolas; e pesquisadores, que encontram no IDEB um rico conjunto de dados para análises educacionais. Além disso, o IDEB é importante para a sociedade em geral, especialmente para pais e estudantes, que podem acompanhar a qualidade da educação oferecida em suas escolas e comunidades.

Em se tratando da avaliação de políticas públicas, o IDEB tem tido impactos significativos na educação brasileira, servindo como um guia para a formulação de políticas e estratégias educacionais em âmbito municipal, estadual e federal. Ele incentiva as escolas a atingirem metas de melhoria e promove a transparência ao permitir que o desempenho das instituições de ensino seja amplamente divulgado. Como consequência, o IDEB tem contribuído para a conscientização sobre a importância da qualidade educacional e para a implementação de políticas voltadas à redução das desigualdades educacionais.

3.3 Cálculo do IDEB

A metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é baseada em dois componentes principais: o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas e a taxa de aprovação escolar. Esses dois elementos são combinados para fornecer um indicador que reflete tanto a qualidade do aprendizado quanto a eficiência do fluxo escolar.

No que diz respeito ao primeiro componente do IDEB, o desempenho dos alunos em avaliações de larga escala aplicadas pelo INEP, são obtidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Essas avaliações medem as habilidades dos estudantes em duas áreas principais: a) língua Portuguesa (Leitura): avalia a capacidade dos alunos de interpretar e compreender textos; b) matemática: examina o entendimento dos conceitos matemáticos básicos e a capacidade de resolver problemas. Os resultados dessas avaliações são expressos em uma escala de proficiência que varia conforme a etapa de ensino: anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio

Em relação ao segundo componente do IDEB, a taxa de aprovação, reflete o percentual de alunos que progridem de séries sem reprovação. Esse componente mede o fluxo escolar, ou seja, se os alunos estão conseguindo avançar adequadamente ao longo das etapas educacionais. A taxa de aprovação é importante porque a reprovação pode indicar problemas de aprendizagem ou questões estruturais na escola que precisam ser abordadas. A taxa de aprovação é calculada considerando todos os alunos matriculados em determinada série e etapa de ensino, e pode ser ajustada para levar em conta a distorção idade-série (quando alunos estão em séries que não correspondem à sua idade).

Portanto, o IDEB é calculado através da seguinte fórmula:

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji};\ 0 \leq N_j \leq 10;\ 0 \leq P_j \leq 1\ e\ 0 \leq IDEB_j \leq 10 \qquad (1)$$

em que:

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j;

Em (1), a média de proficiência padronizada dos estudantes da unidade j, N_{ji}, é obtida a partir das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes submetidos a determinada edição do exame realizado ao final da etapa educacional considerada (Prova Brasil ou Saeb). A proficiência média é padronizada para estar entre zero e dez, de modo que $0 \leq IDEB_j \leq 10$. N_{ji} é obtida da seguinte maneira:

$$N_{ji} = \frac{n_{ji}^{lp} + n_{ji}^{mat}}{2} \; e \; n_{ji}^{\alpha} = \frac{S_{ji}^{\alpha} + S_{inf}^{\alpha}}{S_{sup}^{\alpha} - S_{inf}^{\alpha}} * 10 \qquad (2)$$

N_{ji} = proficiência na disciplina α, obtida pela unidade j, no ano i, padronizada para valores entre 0 e 10;

α = disciplina (Matemática ou Língua Portuguesa);

S_{ji}^{α} = proficiência média (em Língua Portuguesa ou Matemática), não padronizada, dos alunos da unidade j obtida no exame do ano i;

S_{inf}^{α} = limite inferior da média de proficiência (Língua Portuguesa ou Matemática) do Saeb 1997;

S_{sup}^{α} = limite superior da média de proficiência (Língua Portuguesa ou Matemática) do Saeb 1997 (INEP, 2023).

O resultado do IDEB varia em uma escala de 0 a 10. Valores mais baixos, indicam problemas na aprendizagem ou no fluxo escolar, sugerindo que os alunos não estão progredindo adequadamente e/ou não estão alcançando níveis satisfatórios de desempenho acadêmico. Por sua vez, valores mais altos indicam que os alunos estão progredindo de maneira eficiente e que a qualidade da educação está atingindo padrões desejáveis.

A interpretação do IDEB requer uma análise tanto dos valores absolutos quanto do progresso ao longo do tempo. Os valores absolutos ajudam a identificar o nível atual da qualidade da educação em uma escola, município, estado ou país. Por outro lado, a análise do progresso ao longo do tempo é crucial para avaliar se as intervenções educacionais estão surtindo efeito e se as metas estabelecidas pelo INEP estão sendo alcançadas.

3.4 Metodologia

Com a intenção de analisar a qualidade da educação nos municípios sul-mato-grossenses, foram considerados os IDEB's para as três etapas de ensino no ano

inicial e no ano final da amostra. Tendo isso em vista, foram construídas tabelas que possuem as seguintes informações para cada unidade de análise (município):

a) Valor do índice no ano inicial e final da amostra;

b) Percentual do índice alcançado pelo município i em termos do valor do índice obtido pelo município líder $i*$ (município com melhor desempenho) para o ano inicial e final da amostra;

c) *Ranking* dos municípios de acordo com o índice obtido para o ano inicial e final da amostra;

d) Variação no *ranking:* diferença entre o valor do *ranking* do ano inicial e o valor do *ranking* do ano final. Em caso de valor positivo, isso significa melhora de posição do município, enquanto o valor negativo indica perda de posição no período analisado;

e) Taxa de crescimento anual do IDEB obtido pelo município i para o período considerado. A taxa de crescimento anual é calculada da seguinte forma:

$$Taxa\ de\ crescimento\ anual\ = \left(\frac{Ln(IDEB_{ano\ final}) - Ln(IDEB_{ano\ inicial})}{Tempo}\right) x\ 100 \quad (3)$$

Em que *Tempo* é a diferença entre o ano final e o ano inicial da amostra. *Ln* corresponde ao logaritmo natural do indicador.

f) *Ranking* das taxas de crescimento anual do indicador para o período analisado.

Com base nessas informações, a análise está estruturada em quatro principais etapas: a) análise dos Índices IDEB para o ano inicial e final da amostra; b) análise comparativa entre o ano inicial e final da amostra; c) análise da variação de posição no ranking; e d) análise da taxa de crescimento anual dos índices.

A primeira etapa envolve a análise dos índices IDEB, em que são calculados indicadores estatísticos como a média, desvio padrão, e os valores mínimo e máximo para o ano inicial e final da amostra. Para calcular a média, somam-se os valores do IDEB para cada ano e divide-se pelo número de municípios, oferecendo uma visão geral do desempenho educacional médio no estado. O desvio padrão é calculado para indicar a dispersão dos dados em relação à média, o que ajuda a identificar variações entre os municípios. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância ($s = \sqrt{\sigma^2}$). Para calcular a variância (σ^2), subtrai-se a média ($\overline{IDEB}$) de cada valor do IDEB, eleva-se o resultado ao quadrado, soma-se todos esses quadrados e, finalmente, divide-se pelo número total de municípios n.

$$\sigma^2 = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} (IDEB_i - \overline{IDEB})^2 \quad (4)$$

A determinação dos valores mínimo e máximo do IDEB em ambos os anos visa destacar os municípios com os piores e melhores desempenhos, permitindo comparações ao longo do tempo que podem revelar melhorias ou declínios extremos.

Em seguida, a análise comparativa é realizada para avaliar as mudanças nos índices e nas posições dos municípios entre o ano inicial e final. Essa análise envolve a comparação dos valores absolutos e das posições dos municípios em cada ano, destacando tendências de melhoria ou declínio. Além disso, o cálculo do percentual de liderança para cada município, comparando seu IDEB com o maior índice registrado em ambos os anos, permite identificar alterações na liderança e proximidade dos municípios em relação ao líder, refletindo possíveis melhorias ou desafios.

A análise da variação de posição foca em determinar a variação nas posições dos municípios no período analisado. Subtraindo a posição do ano final da posição no ano inicial para cada município, os valores positivos indicam melhoria, enquanto os negativos sinalizam declínio. Esta etapa é crucial para identificar quais municípios progrediram ou regrediram em relação aos outros, podendo indicar a eficácia de políticas educacionais ou a persistência de desafios.

Por último, a análise de crescimento considera a taxa de crescimento anual do IDEB para cada município. Utilizando a fórmula de crescimento anual, a pesquisa expressa os resultados em porcentagem para identificar o ritmo de melhoria ou declínio no desempenho educacional ao longo do período estudado. Deste modo, os municípios são ranqueados com base nas suas taxas de crescimento anual, destacando aqueles que lideram em termos de melhoria educacional e aqueles que precisam de mais atenção.

Este roteiro metodológico detalhado e sistemático permite conduzir uma análise aprofundada e significativa dos dados do IDEB. A abordagem quantitativa, combinada com uma avaliação comparativa, busca oferecer um retrato detalhado das tendências, avanços e desafios na formação de capital humano nos municípios sul-mato-grossenses, contribuindo para recomendações baseadas em evidências para políticas educacionais futuras que visam a melhoria da qualidade educacional.

4. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES

Este capítulo objetivou apresentar uma análise detalhada do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos municípios sul-mato-grossenses, de 2005 a

2023, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e de 2017 a 2023 para o ensino médio. O IDEB constitui uma métrica fundamental para a avaliação da qualidade da educação no Brasil, refletindo tanto o desempenho dos alunos quanto a eficácia das políticas educacionais implementadas. Através dessa análise, busca-se identificar as transformações no desempenho educacional no estado, destacando possíveis avanços, estagnações e desigualdades regionais ao longo dos períodos considerados.

4.1 IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)

A Tabela 1 no anexo apresenta os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) nos municípios sul-mato-grossenses para os anos de 2005 e 2023. A média do IDEB em 2005 foi de aproximadamente 3,22, enquanto em 2023 foi de 5,29. Este aumento significativo na média dos índices ao longo do tempo indica uma melhoria geral na qualidade da educação, sugerindo que as intervenções educacionais implementadas no período foram eficazes. A melhoria no desempenho médio dos alunos implica que, em 2023, eles atingiram padrões educacionais mais altos do que em 2005, refletindo um progresso positivo na formação de capital humano nesta etapa do ensino. A média, no entanto, é apenas uma das medidas utilizadas para descrever os dados e não capta variações entre os municípios para o mesmo período. Por isso, é necessário utilizar outras medidas que auxiliem na compreensão dessa dispersão, como o desvio padrão.

A análise dos desvios padrão dos índices IDEB para os municípios sul-mato-grossenses revelou um aumento de 0,39 em 2005 para 0,55 em 2023, indicando uma maior dispersão nos valores do IDEB ao longo do tempo. Quanto maior o valor do desvio padrão, maior é o distanciamento de cada índice em relação à média. Portanto, esse aumento na variabilidade sugere que, embora a média do desempenho educacional tenha melhorado, as diferenças entre os municípios também se ampliaram, refletindo uma diversidade crescente nos resultados educacionais. Isso implica que, enquanto alguns municípios progrediram significativamente, outros podem estar ficando para trás, ressaltando a necessidade de políticas educacionais mais direcionadas para reduzir as desigualdades e promover uma melhoria uniforme na qualidade da educação em todo o estado. Outra possibilidade é que apenas alguns municípios tenham melhorado consideravelmente, o que causou aumento tanto

na média quanto no desvio padrão. Para entender esses movimentos, é necessária uma análise mais detalhada sobre quais municípios registraram aumento ou queda no IDEB.

Para aprofundar essa análise, identificaram-se os valores mínimos e máximos do IDEB para os anos de 2005 e 2023. De acordo com os resultados, em 2005, Bonito apresentou o menor valor do IDEB, com 2,3, enquanto Campo Grande e Vicentina lideraram com um índice de 4,0. Em 2023, Bodoquena registrou o menor IDEB, com 3,9, e Água Clara destacou-se com o maior valor, 6,7. Ao comparar ao longo dos anos, observa-se que Bonito, que teve o pior desempenho em 2005, não está mais entre os piores em 2023, indicando uma melhoria. O aumento do valor máximo do IDEB, de 4,0 em 2005 para 6,7 em 2023, reflete um avanço significativo na qualidade da educação nos municípios de melhor desempenho. A elevação do valor mínimo de 2,3 para 3,9 também sugere uma melhoria geral, indicando que os níveis mais baixos de desempenho educacional foram elevados ao longo dos anos. Isso evidencia um progresso geral, mas ainda ressalta a necessidade de políticas específicas para apoiar os municípios que continuam a enfrentar desafios, garantindo que os avanços educacionais sejam distribuídos de forma equitativa.

Entre os anos de 2005 e 2023, os municípios sul-mato-grossenses apresentaram variações significativas nos índices do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental. Em 2005, os municípios com os maiores índices foram Campo Grande e Vicentina, ambos com um índice de 4,0, seguidos por Sonora, São Gabriel do Oeste e Aparecida do Taboado, cada um com um índice de 3,9. Por outro lado, aqueles com os menores índices incluíam Bonito com 2,3, e Aral Moreira, Novo Horizonte do Sul, Eldorado, Aquidauana, Douradina e Juti, cada um com um índice de 2,6.

Avançando para 2023, o município de Água Clara liderou com um IDEB impressionante de 6,7, seguido de perto por Nova Andradina e Angélica, ambos com 6,5, Sonora com 6,3, e Taquarussu com 6,2. Entretanto, os municípios com os menores índices em 2023 foram Bodoquena com 3,9, Miranda com 4,0, Anastácio com 4,4, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Bela Vista, cada um com 4,5. Em média observou-se um aumento de 2,1 pontos no IDEB;

A análise da variação de posição dos municípios sul-mato-grossenses entre 2005 e 2023 no ranking do IDEB revela importantes insights sobre o desempenho educacional ao longo dos anos. Primeiramente, destacam-se os municípios que mais ganharam posições, evidenciando avanços significativos nas suas estratégias educacionais. Água Clara, por exemplo, destacou-se com um dos avanços mais significativos, movendo-se de uma posição não destacada em 2005 para liderar o ranking em 2023. Este progresso reflete um

investimento eficaz em políticas educacionais e melhorias na qualidade da educação. Da mesma forma, Aral Moreira registrou uma grande ascensão, saindo de posições inferiores para estar entre os melhores em 2023, ganhando oito posições, sinalizando a eficácia das estratégias implementadas. Municípios como Angélica, Nova Andradina, Anaurilândia e Alcinópolis também mostraram melhorias consideráveis, reforçando suas posições e confirmando o sucesso de suas intervenções educacionais.

Diferentemente, a análise destaca os municípios que mais perderam posições no ranking. Campo Grande, que começou em uma posição de destaque em 2005 (líder do ranking), enfrentou um declínio até 2023 (12ª posição), sugerindo a presença de desafios na manutenção do desempenho educacional. Sidrolândia, Bodoquena, Vicentina, Bandeirantes, Dourados, Coronel Sapucaia, Rio Negro, Jateí, Laguna Carapã e Pedro Gomes também experimentaram perdas expressivas de posições, sugerindo a necessidade de uma reavaliação de suas abordagens educacionais.

Os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento destacam-se pelo progresso significativo em suas trajetórias educacionais. Bonito liderou com a maior taxa de crescimento (4,53% a.a), evidenciando um investimento sólido e estratégias eficazes que resultaram em um avanço educacional substancial. De forma semelhante, Aral Moreira (4,46% a.a) e Alcinópolis (4,15% a.a) apresentaram taxas de crescimento notáveis, refletindo melhorias consistentes em seu sistema educacional, o que consolidou suas posições no topo do ranking IDEB para os anos iniciais. O grupo de municípios compreendidos por Novo Horizonte do Sul, Angélica, Água Clara e Anaurilândia, apresentaram taxas entre 3,85% e 3,96%, destacou-se em demonstrar um ritmo acelerado de crescimento, indicando o sucesso de políticas e intervenções educacionais que promoveram uma melhoria de qualidade.

Por outro lado, alguns municípios apresentaram taxas de crescimento anual mais baixas, apontando para desafios persistentes ou estagnação no progresso educacional. Bodoquena figurou entre os que tiveram as menores taxas de crescimento (1,1%), o que pode indicar dificuldades na implementação de políticas ou na elevação dos padrões educacionais. Sidrolândia também experimentou um crescimento limitado (1,24%), sugerindo a necessidade de uma análise aprofundada para superar obstáculos existentes. Vicentina, Bandeirantes, Campo Grande, Dourados, dentre outros, com taxas de crescimento extremamente modestas que ficaram abaixo de 2,00% a.a, podem estar enfrentando dificuldades para inovar ou adaptar suas práticas educacionais às novas demandas.

A análise dos indicadores do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) no Mato Grosso do Sul revela tanto histórias de sucesso quanto desafios

persistentes em relação à qualidade educacional e à eficácia das políticas educacionais. Alguns municípios se destacam pelo desempenho excepcional, refletindo mudanças estratégicas e gestão eficaz, enquanto outros ainda enfrentam dificuldades significativas que necessitam de intervenções bem direcionadas.

Os municípios de Água Clara, Angélica e Nova Andradina emergem como exemplos notáveis de sucesso em qualidade educacional, conforme medido pelo IDEB de 2023. Provavelmente, eles implementaram mudanças estratégicas impactantes que resultaram em melhorias na gestão educacional, uso eficaz de recursos e formação de professores. O comprometimento demonstrado por esses municípios se traduz em um ambiente de aprendizado aprimorado e sustentado, evidenciando a efetividade das políticas educacionais adotadas.

Em contraste, municípios como Bodoquena, Miranda, Anastácio, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Bela Vista, registraram os piores desempenhos no IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental para o ano de 2023. Estes locais enfrentam desafios significativos que podem ser decorrentes de recursos limitados, infraestrutura inadequada e dificuldades na gestão educacional, por exemplo. Para esses municípios, a implementação de intervenções e políticas direcionadas é essencial.

4.2 IDEB para anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)

Por sua vez, a Tabela 2 no anexo fornece os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) para os municípios de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2005 e 2023. A comparação desses índices ao longo desse período revela um avanço considerável na qualidade da educação nos anos finais do ensino fundamental, com a média do IDEB passando de 3,16 em 2005 para 4,58 em 2023. Esse crescimento substancial na média sugere que houve uma melhora no desempenho dos estudantes, refletindo um impacto positivo das políticas educacionais implementadas nas duas últimas décadas.

Para uma análise mais aprofundada dessa evolução, assim como no caso dos anos iniciais do ensino fundamental, foi calculado o desvio padrão dos índices IDEB para os anos finais. Em 2005, o desvio padrão foi de 0,31, e em 2023, esse valor subiu para 0,42. Esse aumento no desvio padrão reflete um padrão semelhante ao observado nos anos iniciais, indicando que os anos finais também seguiram a tendência de ampliação na dispersão dos

resultados ao longo do período. Isso significa que a melhoria no desempenho médio dos alunos foi acompanhada de uma maior variabilidade nos resultados entre os municípios.

Embora o índice médio tenha mostrado um avanço, a dispersão maior entre os municípios indica que o progresso não foi uniforme, e é fundamental observar quais municípios estão se destacando positivamente e quais ainda enfrentam dificuldades. Para continuar analisando essa hipótese, foram obtidos os indicadores mínimos e máximos para cada ano na esfera de avaliação dos anos finais do ensino fundamental. Igualmente ao observado na análise dos anos iniciais, houve aumento tanto nos valores dos indicadores de mínimo quanto no valor dos indicadores de valor máximo nos anos de 2005 e 2023. Neste caso, o município com a menor nota em 2005 foi Bonito, com 2,3, enquanto em 2023 foi Miranda, com 3,7. Em relação ao indicador máximo, os municípios de Vicentina e Taquarussu atingiram a estatística de 3,8 em 2005, enquanto em 2023, o município de Nova Andradina atingiu o indicador máximo de 5,8. É importante observar que o valor de 3,7 alcançado por Miranda, por exemplo, que representa o menor índice em 2023, teria sido o segundo maior em 2005.

Com base nesses resultados, podemos concluir que a educação nos anos finais do ensino fundamental seguiu uma tendência semelhante à dos anos iniciais, com um aumento substancial na qualidade, conforme o critério proposto pelo IDEB. O crescimento das médias, e a elevação das notas mínimas e máximas, são indicativos de um processo de melhoria que, embora geral, ainda revela diferenças importantes no desempenho educacional ao longo do tempo. Essa constatação reforça a importância de realizar comparações detalhadas entre os municípios e ao longo dos anos, para identificar tendências específicas, como eventuais variações negativas nos indicadores ou a estagnação de determinados municípios.

Assim como ocorreu na análise dos indicadores associados aos anos iniciais do ensino fundamental, também foi calculada a variação absoluta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os municípios do estado de Mato Grosso do Sul nos anos finais. Entre os destaques positivos, o município de Nova Andradina apresentou a maior variação positiva, com um incremento de 2,8 pontos no IDEB. Em seguida, destacaram-se os municípios de Coxim, com uma variação de 2,4 pontos, e Novo Horizonte do Sul, que registrou uma variação de 2,3 pontos. Esses municípios evidenciam um desempenho acima da média, com ganhos consideráveis no índice ao longo do período analisado.

Por outro lado, os municípios que apresentaram as menores variações absolutas e positivas no IDEB foram Pedro Gomes e Porto Murtinho com 0,7 pontos de aumento cada um. Seguidos de Vicentina com 0,6 pontos e Sidrolândia, com o menor aumento de 0,3

pontos. Estes resultados indicam um crescimento mais modesto no desempenho educacional desses locais.

É importante ressaltar que, assim como nos anos iniciais, não se observaram variações negativas no IDEB de nenhum dos municípios. Isso significa que, em termos gerais, todos os municípios analisados apresentaram um aumento em seu índice, embora as magnitudes dessas variações tenham oscilado consideravelmente entre as diferentes localidades. No cenário estadual, o Mato Grosso do Sul registrou uma média de 1,41 pontos de aumento no IDEB para os anos finais do ensino fundamental, o que demonstra um avanço geral no desempenho da educação nesse nível de ensino. No entanto, é possível notar que esse crescimento foi inferior ao registrado nos anos iniciais do ensino fundamental, com uma diferença de 0,6 pontos.

Além da comparação absoluta dos índices de cada município, foi feita a comparação da posição de cada município em relação aos outros. Esse tipo de comparação permite observar não apenas o desempenho individual de cada município, mas também como esses resultados se traduzem em uma mudança relativa dentro do contexto do estado. Ao comparar a posição que cada município ocupou em 2005 com a posição que obteve em 2023, destacam-se novamente os municípios de Nova Andradina, Coxim e Novo Horizonte do Sul, que apresentaram as maiores variações positivas no ranking. Nova Andradina se destacou com um ganho de 8 posições, seguida de Coxim, com 7 posições a mais, e Novo Horizonte do Sul, que subiu 6 posições. Esses municípios demonstram um avanço significativo em termos de competitividade e evolução no cenário dos anos finais do ensino fundamental, refletindo um crescimento substancial em sua posição relativa entre os demais municípios.

Por outro lado, a análise também revelou os municípios que sofreram as maiores quedas em sua colocação no ranking, o que está diretamente relacionado às menores variações positivas ou até mesmo a estagnação de seus índices. Os municípios de Pedro Gomes e Porto Murtinho se destacaram negativamente, perdendo 10 posições cada um, o que indica uma queda considerável no desempenho educacional em relação aos outros municípios ao longo do período. Além destes, Vicentina e Sidrolândia apresentaram quedas ainda mais acentuadas, com perdas de 11 e 13 posições, respectivamente. Essas quedas podem estar associadas a uma desaceleração no progresso educacional nesses municípios ou até mesmo a uma melhoria mais expressiva em outros locais, o que impactou negativamente a posição relativa desses municípios no ranking.

Ao empregar a fórmula da taxa de crescimento anual para cada município nos anos finais do ensino fundamental, foi possível identificar as variações nas taxas de crescimento do

IDEB de cada localidade ao longo do período analisado. Dentre os municípios com as melhores taxas de crescimento, destacaram-se Coxim, Nova Andradina e Anaurilândia, que apresentaram taxas de crescimento anual de 3,74%, 3,66% e 3,41% a.a, respectivamente. Esses municípios evidenciam um desempenho crescente no índice, indicando que conseguiram manter um ritmo de melhoria consistente ao longo dos anos, o que reflete um esforço positivo para avançar nas avaliações do IDEB.

Em contraste, os municípios que apresentaram as menores taxas de crescimento foram Pedro Gomes, com um crescimento de 0,99%, Vicentina, com 0,81%, e, em última posição, Sidrolândia, com uma taxa de crescimento anual de 0,47%. A taxa de Sidrolândia se destaca negativamente, pois, além de ser significativamente mais baixa que as dos outros municípios analisados, está consideravelmente distante das taxas dos demais municípios, inclusive dos que a seguem no ranking de menores taxas. Esse dado sugere que, apesar dos avanços registrados pelo estado como um todo, esses municípios enfrentaram dificuldades em melhorar seus índices, resultando em uma evolução mais lenta ou ainda estagnada ao longo do período.

Este cenário vai ao encontro das observações feitas anteriormente, principalmente em relação aos municípios que apresentaram os piores resultados no ranking geral, os quais obtiveram avanços limitados, o que pode refletir uma série de fatores, como a falta de investimentos adequados, desafios estruturais ou ainda dificuldades na implementação de políticas educacionais mais eficazes. Diante dessa realidade, é evidente a necessidade urgente de se dedicar maior atenção a esses municípios, a fim de que eles possam, de fato, alcançar uma melhoria substancial em seu desempenho educacional para os anos finais do ensino fundamental.

4.3 IDEB para o ensino médio

Finalmente, a Tabela 3 no anexo registrou os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos do ensino médio nos municípios sul-mato-grossenses. Os dados disponíveis são de 2017 e de 2023 e, por isso, o recorte temporal é diferente do analisado para o ensino fundamental. Não obstante, foi feita a mesma análise que nas etapas do ensino anteriores, a começar pela estatística descritiva da amostra.

Em 2017, a média do IDEB para o ensino médio foi de 3,50, enquanto em 2023 observou-se um aumento para 3,91, o que representou uma variação absoluta e positiva de

0,41 pontos. Embora tal aumento seja, à primeira vista, indicativo de uma melhoria no desempenho educacional, é importante ressaltar que o aumento observado foi inferior ao registrado para os ciclos do ensino fundamental. O incremento na média, portanto, poderia sinalizar uma melhora, mas não uma transformação substancial na qualidade do sistema de ensino médio.

Além disso, o desvio padrão, que mede a dispersão dos resultados entre os municípios, também merece atenção. Em 2017, o desvio padrão foi de 0,44, e em 2023 observou-se uma leve redução para 0,40. Diferentemente dos dados observados no ensino fundamental, em que o desvio padrão tendia a aumentar, a diminuição da dispersão no ensino médio pode indicar uma redução nas desigualdades entre os municípios do estado, sugerindo um certo nível de uniformização dos resultados.

Contudo, é necessário considerar que essa redução no desvio padrão, por si só, não implica necessariamente em uma melhoria do sistema de ensino. Em um cenário de estagnação generalizada, uma diminuição na dispersão pode refletir a falta de progressos significativos nos municípios, resultando em uma estabilidade dos índices em um patamar relativamente baixo. Esse fenômeno é corroborado pelo baixo aumento na média, que sugere que a maior parte dos municípios não apresentou avanços expressivos em relação à qualidade do ensino médio.

A observação dos indicadores mínimo e máximo também fornece informações importantes sobre a evolução da qualidade do ensino médio. Em 2017, a nota mínima foi de 2,50 (Tacuru), e em 2023 aumentou para 2,70 (Japorã), representando um pequeno, mas positivo avanço. Esse aumento, embora marginal, indica que os municípios com o pior desempenho apresentaram algum grau de melhoria, o que não deixa de ser um reflexo positivo. No entanto, a nota máxima se manteve estável em 4,70 (Guia Lopes da Laguna em 2017 e Figueirão em 2023) em ambos os anos analisados, o que indica que, ao contrário dos municípios com desempenho mais baixo, os municípios com melhores resultados não experimentaram avanços substanciais durante o período. A ausência de mudanças no índice máximo sugere que os municípios de melhor desempenho não conseguiram progredir significativamente, o que limita a possibilidade de um avanço mais robusto na qualidade do ensino médio como um todo.

Ao considerar a análise comparativa da variação absoluta dos índices para o ensino médio entre os anos de 2017 e 2023, constatou-se que o município de Novo Horizonte do Sul apresentou um ganho significativo de 1,8 pontos, o que representou uma melhora expressiva no desempenho educacional. Também se destacaram os municípios de Ivinhema, com um

incremento de 1,5 pontos, e os municípios de Santa Rita do Pardo, Tacuru e Paraíso das Águas, com ganhos de 1,1 ponto cada um. Esses resultados indicam avanços consideráveis no desempenho do ensino médio nessas localidades, embora seja importante observar que esses ganhos não foram homogêneos em todo o estado.

Por outro lado, alguns municípios apresentaram redução no IDEB. Os maiores declínios foram observados em Inocência e Taquarussu, que apresentaram uma variação absoluta e negativa de 0,4 pontos cada um. Além desses, o município de Japorã registrou uma queda mais acentuada, com uma variação negativa de 0,6 pontos, enquanto Caarapó apresentou uma diminuição ainda maior, de 0,7 pontos. Esses dados evidenciam que, ao contrário de outros municípios que alcançaram avanços expressivos, algumas localidades enfrentaram dificuldades no aprimoramento da qualidade educacional.

Ao comparar o desempenho dos municípios com base no ranking dos índices, foi possível perceber variações significativas na posição relativa dos municípios entre os anos de 2017 e 2023. Em termos de avanços, o município de Novo Horizonte do Sul se destacou de maneira notável, com um ganho de 17 posições, sendo também o município que apresentou a maior melhora no índice durante esse período. Em seguida, destacou-se o município de Ivinhema, que, além de conquistar o posto de novo líder do IDEB no ensino médio em 2023, obteve um avanço de 14 posições no ranking, refletindo uma melhoria substancial no desempenho educacional. Outros municípios que também apresentaram expressivos ganhos foram Paraíso das Águas e Santa Rita do Pardo, ambos com um aumento de 10 posições no ranking, o que denota progressos significativos na qualidade da educação nessas regiões.

Por outro lado, algumas localidades apresentaram perdas no ranking, indicando um retrocesso relativo em relação aos seus pares. Os municípios que mais perderam posições foram Taquarussu, Inocência e Caarapó, que registraram uma queda de 4, 5 e 8 posições, respectivamente. Essas perdas no ranking indicam que, apesar do possível aumento da média do IDEB, esses municípios enfrentaram dificuldades que comprometeram o avanço no desempenho educacional, levando-os a cair em termos relativos em comparação com outras localidades.

Além disso, ao analisar o panorama geral das mudanças no ranking, verificou-se uma evidência importante: a variação de posições foi menor em se tratando do ensino médio, com 8 municípios (Anaurilândia, Bonito, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Jateí, Maracaju, Nova Alvorada do Sul) permanecendo exatamente na mesma posição no ranking entre os dois períodos analisados. A ausência de alteração na colocação de vários municípios reflete a ausência de mudanças substanciais no desempenho dessas localidades, o que contribuiu para

um cenário mais amplo de estagnação da melhoria da educação no ensino médio em Mato Grosso do Sul.

É relevante, no entanto, considerar que a série temporal analisada para o ensino médio é relativamente mais curta, o que torna a análise da taxa de crescimento anual uma medida mais precisa do progresso educacional em relação à variação absoluta no desempenho dos municípios. A aplicação dessa taxa de crescimento anual é especialmente pertinente, pois ela possibilita identificar municípios que, embora apresentem alguma variação absoluta no índice, podem ser classificados como estagnados quando comparados às variações observadas no ensino fundamental, para o qual os dados de comparação são mais abrangentes e de maior extensão temporal. Além disso, para o ensino médio houve a falta de dados para alguns municípios, conforme pode ser observado na Tabela 3 nos anexos. Essa redução na quantidade de observações também impacta na análise e pode ter contribuído para o resultado observado de aparente estagnação.

Com base nesse cálculo, observou-se que o município de Novo Horizonte do Sul se destacou com uma taxa de crescimento anual de 8,27%, um resultado notavelmente expressivo, que indicou uma melhoria acelerada na qualidade do ensino médio nesta localidade. Em seguida, os municípios de Ivinhema e Tacuru apresentaram taxas de crescimento de 6,41% e 6,08%, respectivamente, evidenciando avanços consideráveis. De maneira geral, nove dos municípios analisados apresentaram um crescimento superior a 4% ao ano, o que denota progressos sustentados e significativos em relação ao IDEB, mesmo que esse crescimento não tenha sido suficiente para provocar grandes alterações nos indicadores entre os anos da amostra considerada.

Entretanto, ao lado desses avanços, o cenário também revelou um número expressivo de municípios com taxas de crescimento negativas, o que indica retrocessos no desempenho educacional. Os casos de maior declínio foram observados em Inocência, com uma taxa negativa de -1,71%, em Caarapó, que registrou uma queda de -3,04%, e em Japorã, com o pior resultado, de -3,34% ao ano. Esses dados evidenciam que, apesar dos avanços de alguns municípios, há uma parcela considerável de localidades que enfrentaram dificuldades significativas no processo de melhoria da qualidade do ensino, o que impactou diretamente na variação média do IDEB entre o período inicial e final.

Em se tratando da análise dos indicadores associados ao ensino médio, esse panorama de variação positiva e negativa nas taxas de crescimento, evidenciou a heterogeneidade dos sistemas educacionais municipais no estado de Mato Grosso do Sul. Em outras palavras, o estado se caracterizou por avanços em algumas localidades e retrocessos em outras, o que

acabou por gerar uma avaliação de ausência de alteração no patamar da qualidade da educação quando se observou as médias gerais e as variações dos índices.

5. CONCLUSÃO

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu da necessidade de construir um retrato contemporâneo da educação no estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase em indicadores formulados para avaliar a qualidade da educação básica. O desempenho educacional é um fator crítico para o desenvolvimento econômico, e identificar áreas de sucesso e de necessidade pode orientar políticas públicas mais eficazes. O interesse em analisar como diferentes municípios se comparam e evoluem ao longo do tempo no contexto educacional foi um impulso significativo para este estudo.

O objetivo da pesquisa foi analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos municípios sul-mato-grossenses, de 2005 a 2023, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e de 2017 a 2023 para o ensino médio. A pesquisa buscou identificar tendências, avanços e desafios na qualidade da educação, fornecendo um retrato detalhado da performance educacional e contribuindo para o entendimento das dinâmicas locais de formação de capital humano.

A metodologia de pesquisa empregada utilizou diversas métricas do IDEB, incluindo médias, desvio padrão, indicadores mínimo e máximo, variação de posições no ranking e taxas de crescimento anuais. Estas estatísticas mostraram-se essenciais para a avaliação das dinâmicas educacionais, permitindo uma análise abrangente e detalhada. As médias forneceram uma visão geral do desempenho educacional, enquanto o desvio padrão ajudou a identificar a dispersão dos resultados entre os municípios. As notas mínima e máxima destacaram os extremos de desempenho, e a variação de posições no ranking ao longo do tempo indicou a eficácia das políticas educacionais implementadas. As taxas de crescimento anual foram cruciais para entender o ritmo de melhoria ou declínio no desempenho educacional, ajudando a identificar os municípios com melhor desempenho, assim como aqueles que necessitam de atenção mais urgente.

Nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, os resultados demonstraram avanços consideráveis, com o aumento nas médias e nos indicadores mínimo e máximo, refletindo um progresso geral na qualidade do ensino. No entanto, o desvio padrão também apresentou aumento, sugerindo uma maior dispersão nos resultados. Isso indica uma combinação de ganhos significativos em algumas localidades e estagnação ou avanços mais

tímidos em outras. Embora o aumento das médias seja um reflexo positivo de avanço na qualidade da educação, a maior dispersão nos resultados entre os municípios revela desigualdade. A disparidade entre as estatísticas de mínimas e máximas destaca que, enquanto alguns municípios experimentaram melhorias substanciais, outros ainda enfrentam desafios significativos, sugerindo que o progresso não foi uniforme.

No ensino médio, o aumento na média foi menor, o que pode ser atribuído ao período de análise mais curto. A manutenção da nota máxima sem grandes variações, além de uma leve diminuição no desvio padrão, indicou que os melhores municípios não experimentaram avanços substanciais. Essa diminuição do desvio padrão pode sinalizar uma certa uniformização, mas não implica necessariamente em avanço no sentido de melhoria educacional, visto que a estabilidade das notas pode refletir uma estagnação generalizada no sistema de ensino médio. No entanto, ao calcular a taxa de crescimento anual, evidenciou-se taxas altas de crescimento para diversos municípios que tiveram baixo desempenho em 2017 e ocuparam o topo do ranking em 2023, acompanhado de crescimento consideravelmente negativo para outros municípios, que decaíram no mesmo período. Fica evidente, portanto, um crescimento desigual entre os municípios ao considerar a qualidade da educação no ensino médio.

A análise realizada, embora abrangente, possui limitações. O recorte temporal mais curto para o ensino médio (2017-2023) e o menor número de observações devido à disponibilidade de dados podem ter influenciado na obtenção de resultados menores para este nível, se analisado comparativamente com os outros, sendo necessária uma análise mais detalhada e qualitativa para de fato compreender de forma minuciosa a evolução desse nível de ensino. Além disso, as variações regionais observadas sugerem a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre os fatores socioeconômicos e estruturais que impactam o desempenho educacional nos municípios com resultados mais negativos. Dessa forma, estudos futuros podem expandir a análise do IDEB para incluir uma comparação com outros indicadores educacionais, como taxas de evasão escolar, infraestrutura escolar, e políticas públicas implementadas em nível municipal. Além disso, críticas quanto ao uso do IDEB como uma métrica para avaliar a qualidade do ensino apontam que, embora o IDEB seja uma ferramenta amplamente utilizada, ele não captura todos os aspectos da qualidade educacional, como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a qualidade do ambiente escolar. A variação na disponibilidade de dados ao longo dos anos e a dificuldade em capturar todos os fatores que influenciam o desempenho educacional representam desafios metodológicos consideráveis.

Apesar dessas dificuldades, as contribuições desta pesquisa são significativas para a compreensão das tendências da educação básica no estado de Mato Grosso do Sul. Ao identificar os avanços nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, bem como os desafios enfrentados pelo ensino médio, o estudo fornece subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas mais direcionadas e eficazes. As conclusões sugerem que, apesar dos progressos observados, o estado ainda enfrenta grandes desigualdades regionais que necessitam ser abordadas para garantir uma educação de qualidade para todos. Assim, as informações aqui apresentadas podem servir como base para a formulação de estratégias mais assertivas no combate às disparidades educacionais, visando a construção de um sistema de ensino mais equitativo e eficiente.

6. REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, A; FERREIRA, F.H.G; FRANCO, C. **Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira**. Rio de Janeiro: Maio, 2002. Disponível em: Acesso em: 01/03/2016.

ALMEIDA, A. G. **Crescimento econômico, capital humano e qualidades da educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – FCE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. D. dos; e QUINTAES, G. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão, nº 834, 2001.

BAUM, Donald; LIN, Shuanglin. **The Differential Effect on Economic Growth of Government Expenditure son Education, Welfare, and Defense**. Journal of Economic Development, vol. 18, p. 175-185, 1993.

BORJAS, George J. "**Ethnicity. Neighborhoods and Human Capital Externalities**". The American Economic Review, v. 85, n. 3, pp. 365-90, 1995.

FELÍCIO, F. de; FERNANDES, R. **O efeito da qualidade da escola sobre o desempenho escolar**: Uma avaliação do ensino fundamental no estado de São Paulo. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia, 2005.

GEMMELL, Norman. "**Externalities to Higher Education: A Review of the New Growth Literature**". The National Committee of Inquiry into Higher Education, Report 8. Mimeografado, 1997.

HAVEMAN, R. H.; WOLFE, B. School inland Economic Well: Being. **The Role of Non market Effects'**. Journal of Human Resources, v.19, n.3, 1984, Tabela 1.4. Disponível em

JAFFE, Adam B.; TRAJTENBERG, Manuel; HENDERSON, Rebecca. "**Geographic Location of Knowledge Spillovers as Evidenced by Patent Citations**". Quartely Journal of Economics, v. 108, n. 3, pp. 577-98, 1993.

LEIGH, Paul. "**The Social Benefits of Education: A Review Article**". Economics of Education Review, v. 17, n. 3, pp. 363-8, 1998.

LOCHNER, Lance; MORETTI, Enrico. **The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports**. 2001.

MENEZES-FILHO, N. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil/IBMEC, 2007.

MINCER, J. I**nvestment in Human Capital and Personal Income Distribuition**. Journal of Political Economy, v. 66, n. 4, pp. 281-302, ago., 1958.

MORETTI, Enrico. "**Estimating the Social Return to Higher Education: Evidence from Longitudinal and Repeated Cross-Sectional Data**", National Bureau of Economic Research, Working Paper n. 9108, 2002.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. **Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento**. Economia Aplicada, v. 12, n. 1, p. 151-171, 2008.

NELSON, R.; PHELPS, E. **Investiment in humans, technological diffusion and economic growth**. American Economic Review, Washington, v. 56, n. 2, p. 69-75, Mar. 1966.

PAIVA, Vanilda. **Sobre o conceito de "capital humano"**. (2001). Disponível em: . Acesso em: 05.nov.2011.

PEREIRA, M. T; LOPES, J. L. **A importância do capital humano para o crescimento econômico**. IX EPCT - Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão, 2014.

RAUCH, James E. "**Productivity Gains from Geographic Concentration of Human Capital: Evidence from the Cities**". Journal of Urban Economics, v. 34, n. 3, pp. 380-400, 1993.

SCHULTZ, T.W. **Reflection son Investment in Man**. Journal of Political Economy, University of Chicago Press, v. 70, 1962.

_____. **The Value of the Ability to Deal with Disequilibria**. Journal of Economic Literature, Washington, v. 13, n. 3, p. 827-846, Sep. 1975.

7. ANEXOS

Tabela 1: IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nome do Município	IDEB 2005	% Lider 2005	Posição 2005	IDEB 2023	% Líder 2023	Posição 2023	Variação da posição	Taxa de crescimento Anual	Ranking Taxa de Crescimento Anual
Bonito	2,3	57,50%	16	5,2	77,60%	13	3	4,53%	1
Aral Moreira	2,6	65,00%	15	5,8	86,60%	7	8	4,46%	2
Alcinópolis	2,7	67,50%	14	5,7	85,10%	8	6	4,15%	3
Novo Horizonte do Sul	2,6	65,00%	15	5,3	79,10%	12	3	3,96%	4
Angélica	3,2	80,00%	9	6,5	97,00%	2	7	3,94%	5
Água Clara	3,3	82,50%	8	6,7	100,00 %	1	7	3,93%	6
Anaurilândi a	3,0	75,00%	11	6	89,60%	5	6	3,85%	7
Nova Andradina	3,3	82,50%	8	6,5	97,00%	2	6	3,77%	8
Antônio João	2,8	70,00%	13	5,5	82,10%	10	3	3,75%	9
Mundo Novo	2,8	70,00%	13	5,3	79,10%	12	1	3,54%	10
Eldorado	2,6	65,00%	15	4,9	73,10%	16	-1	3,52%	11
Amambai	3,2	80,00%	9	6	89,60%	5	4	3,49%	12
Inocência	3,2	80,00%	9	6	89,60%	5	4	3,49%	12
Corguinho	2,8	70,00%	13	5,2	77,60%	13	0	3,44%	14
Aquidauana	2,6	65,00%	15	4,8	71,60%	17	-2	3,41%	15
Douradina	2,6	65,00%	15	4,8	71,60%	17	-2	3,41%	15
Glória de Dourados	3,3	82,50%	8	6	89,60%	5	3	3,32%	17
Juti	2,6	65,00%	15	4,7	70,10%	18	-3	3,29%	18
Deodápolis	3,0	75,00%	11	5,4	80,60%	11	0	3,27%	19
Sete Quedas	2,8	70,00%	13	5	74,60%	15	-2	3,22%	20
Selvíria	3,1	77,50%	10	5,5	82,10%	10	0	3,19%	21
Taquarussu	3,5	87,50%	6	6,2	92,50%	4	2	3,18%	22
Batayporã	3,0	75,00%	11	5,3	79,10%	12	-1	3,16%	23
Terenos	3,2	80,00%	9	5,6	83,60%	9	0	3,11%	24
Ivinhema	3,4	85,00%	7	5,9	88,10%	6	1	3,06%	25
Japorã	2,9	72,50%	12	5	74,60%	15	-3	3,03%	26
Tacuru	3,2	80,00%	9	5,5	82,10%	10	-1	3,01%	27
Ladário	2,8	70,00%	13	4,8	71,60%	17	-4	2,99%	28
Itaquiraí	2,8	70,00%	13	4,7	70,10%	18	-5	2,88%	29
Bela Vista	2,7	67,50%	14	4,5	67,20%	19	-5	2,84%	30
Nioaque	3,0	75,00%	11	5	74,60%	15	-4	2,84%	33

Rio Brilhante	3,3	82,50%	8	5,5	82,10%	10	-2	2,84%	30
Costa Rica	3,6	90,00%	5	6	89,60%	5	0	2,84%	30
Bataguassu	3,5	87,50%	6	5,8	86,60%	7	-1	2,81%	34
Fátima do Sul	3,5	87,50%	6	5,8	86,60%	7	-1	2,81%	34
Santa Rita do Pardo	2,9	72,50%	12	4,8	71,60%	17	-5	2,80%	38
Nova Alvorada do Sul	3,2	80,00%	9	5,3	79,10%	12	-3	2,80%	36
Paranhos	3,2	80,00%	9	5,3	79,10%	12	-3	2,80%	36
Cassilândia	3,4	85,00%	7	5,6	83,60%	9	-2	2,77%	39
Ribas do Rio Pardo	3,0	75,00%	11	4,9	73,10%	16	-5	2,73%	40
Rochedo	3,0	75,00%	11	4,9	73,10%	16	-5	2,73%	40
Anastácio	2,7	67,50%	14	4,4	65,70%	20	-6	2,71%	42
Três Lagoas	3,7	92,50%	4	6	89,60%	5	-1	2,69%	43
Caarapó	3,4	85,00%	7	5,5	82,10%	10	-3	2,67%	44
Sonora	3,9	97,50%	2	6,3	94,00%	3	-1	2,66%	45
Coxim	3,0	75,00%	11	4,8	71,60%	17	-6	2,61%	46
Chapadão do Sul	3,7	92,50%	4	5,9	88,10%	6	-2	2,59%	47
Porto Murtinho	3,1	77,50%	10	4,9	73,10%	16	-6	2,54%	48
Guia Lopes da Laguna	3,3	82,50%	8	5,2	77,60%	13	-5	2,53%	49
Ponta Porã	3,3	82,50%	8	5,2	77,60%	13	-5	2,53%	49
Corumbá	3,0	75,00%	11	4,7	70,10%	18	-7	2,49%	51
Brasilândia	3,4	85,00%	7	5,3	79,10%	12	-5	2,47%	52
Paranaíba	3,4	85,00%	7	5,3	79,10%	12	-5	2,47%	52
Dois Irmãos do Buriti	2,9	72,50%	12	4,5	67,20%	19	-7	2,44%	54
Caracol	3,3	82,50%	8	5,1	76,10%	14	-6	2,42%	55
Iguatemi	3,3	82,50%	8	5,1	76,10%	14	-6	2,42%	55
Rio Verde de Mato Grosso	3,3	82,50%	8	5,1	76,10%	14	-6	2,42%	55
Naviraí	3,7	92,50%	4	5,7	85,10%	8	-4	2,40%	58
São Gabriel do Oeste	3,9	97,50%	2	6	89,60%	5	-3	2,39%	59
Camapuã	3,3	82,50%	8	5	74,60%	15	-7	2,31%	60
Maracaju	3,6	90,00%	5	5,4	80,60%	11	-6	2,25%	61
Figueirão	3,8	95,00%	3	5,6	83,60%	9	-6	2,15%	62
Jaraguari	3,2	80,00%	9	4,7	70,10%	18	-9	2,14%	63
Itaporã	3,7	92,50%	4	5,4	80,60%	11	-7	2,10%	64
Miranda	2,8	70,00%	13	4	59,70%	21	-8	1,98%	65
Jardim	3,5	87,50%	6	5	74,60%	15	-9	1,98%	66

Laguna Carapã	3,4	85,00%	7	4,8	71,60%	17	-10	1,92%	67
Pedro Gomes	3,4	85,00%	7	4,8	71,60%	17	-10	1,92%	67
Jateí	3,5	87,50%	6	4,9	73,10%	16	-10	1,87%	69
Aparecida do Taboado	3,9	97,50%	2	5,4	80,60%	11	-9	1,81%	70
Coronel Sapucaia	3,4	85,00%	7	4,7	70,10%	18	-11	1,80%	71
Rio Negro	3,7	92,50%	4	5,1	76,10%	14	-10	1,78%	72
Dourados	3,7	92,50%	4	5	74,60%	15	-11	1,67%	73
Bandeirantes	3,7	92,50%	4	4,9	73,10%	16	-12	1,56%	75
Campo Grande	4,0	100,00%	1	5,3	79,10%	12	-11	1,56%	74
Vicentina	4,0	100,00%	1	5,2	77,60%	13	-12	1,46%	76
Sidrolândia	3,6	90,00%	5	4,5	67,20%	19	-14	1,24%	77
Bodoquena	3,2	80,00%	9	3,9	58,20%	22	-13	1,10%	78
Paraíso das Águas	-	-	-	5,8	86,60%	7	-	-	-

Fonte: Censo da Educação Superior 2021.

Tabela 2: Ideb para os Anos Finais do Ensino Fundamental

Nome do Município	IDEB 2005	% Lider 2005	Posição 2005	IDEB 2023	% Líder 2023	Posição 2023	Variação da posição	Taxa de crescimento Anual	Ranking Taxa de Crescimento Anual
Coxim	2,5	65,80%	14	4,9	84,50%	7	7	3,74%	1
Nova Andradina	3	78,90%	9	5,8	100,00 %	1	8	3,66%	2
Anaurilândia	2,6	68,40%	13	4,8	82,80%	8	5	3,41%	3
Bonito	2,3	60,50%	16	4,2	72,40%	14	2	3,35%	4
Novo Horizonte do Sul	3	78,90%	9	5,3	91,40%	3	6	3,16%	5
Aquidauana	2,6	68,40%	13	4,5	77,60%	11	2	3,05%	6
Ladário	2,4	63,20%	15	4,1	70,70%	15	0	2,98%	8
Alcinópolis	3,1	81,60%	8	5,3	91,40%	3	5	2,98%	7
Fátima do Sul	3	78,90%	9	5,1	87,90%	5	4	2,95%	9
Angélica	3,2	84,20%	7	5,4	93,10%	2	5	2,91%	10
Sete Quedas	2,8	73,70%	11	4,7	81,00%	9	2	2,88%	11
Três Lagoas	2,8	73,70%	11	4,7	81,00%	9	2	2,88%	11
Figueirão	3,1	81,60%	8	5,2	89,70%	4	4	2,87%	13
Sonora	3,1	81,60%	8	5,2	89,70%	4	4	2,87%	13
Ivinhema	3,1	81,60%	8	5	86,20%	6	2	2,66%	15
Cassilândia	2,9	76,30%	10	4,6	79,30%	10	0	2,56%	16
Mundo Novo	3	78,90%	9	4,7	81,00%	9	0	2,49%	17
Naviraí	3,2	84,20%	7	5	86,20%	6	1	2,48%	18
Bataguassu	3,4	89,50%	5	5,3	91,40%	3	2	2,47%	19
Batayporã	3,4	89,50%	5	5,3	91,40%	3	2	2,47%	19
Douradina	2,7	71,10%	12	4,2	72,40%	14	-2	2,45%	21
Glória de Dourados	3,3	86,80%	6	5,1	87,90%	5	1	2,42%	22
Dois Irmãos do Buriti	2,8	73,70%	11	4,3	74,10%	13	-2	2,38%	23
Bela Vista	3	78,90%	9	4,6	79,30%	10	-1	2,37%	24
Paranhos	3	78,90%	9	4,6	79,30%	10	-1	2,37%	24
Corumbá	2,7	71,10%	12	4,1	70,70%	15	-3	2,32%	26
Inocência	3,1	81,60%	8	4,7	81,00%	9	-1	2,31%	27
Selvíria	3,1	81,60%	8	4,7	81,00%	9	-1	2,31%	27
Amambai	3,3	86,80%	6	4,9	84,50%	7	-1	2,20%	29
Japorã	2,9	76,30%	10	4,3	74,10%	13	-3	2,19%	30
Anastácio	3	78,90%	9	4,4	75,90%	12	-3	2,13%	31
Iguatemi	3	78,90%	9	4,4	75,90%	12	-3	2,13%	31

Itaquiraí	3,1	81,60%	8	4,5	77,60%	11	-3	2,07%	33
Aparecida do Taboado	3,2	84,20%	7	4,6	79,30%	10	-3	2,02%	34
Rochedo	3,2	84,20%	7	4,6	79,30%	10	-3	2,02%	34
Brasilândia	3	78,90%	9	4,3	74,10%	13	-4	2,00%	36
Chapadão do Sul	3,5	92,10%	4	5	86,20%	6	-2	1,98%	37
Camapuã	3,1	81,60%	8	4,4	75,90%	12	-4	1,95%	38
Guia Lopes da Laguna	3,1	81,60%	8	4,4	75,90%	12	-4	1,95%	38
Itaporã	3,4	89,50%	5	4,8	82,80%	8	-3	1,92%	40
Antônio João	3,2	84,20%	7	4,5	77,60%	11	-4	1,89%	41
Jardim	3,5	92,10%	4	4,9	84,50%	7	-3	1,87%	42
Rio Brilhante	3,3	86,80%	6	4,6	79,30%	10	-4	1,85%	43
Costa Rica	3,6	94,70%	3	5	86,20%	6	-3	1,83%	44
Maracaju	3,1	81,60%	8	4,3	74,10%	13	-5	1,82%	45
Ponta Porã	3,1	81,60%	8	4,3	74,10%	13	-5	1,82%	45
Campo Grande	3,5	92,10%	4	4,8	82,80%	8	-4	1,75%	47
Terenos	3,5	92,10%	4	4,8	82,80%	8	-4	1,75%	47
Aral Moreira	3,3	86,80%	6	4,5	77,60%	11	-5	1,72%	49
Coronel Sapucaia	3,1	81,60%	8	4,2	72,40%	14	-6	1,69%	50
Eldorado	3,1	81,60%	8	4,2	72,40%	14	-6	1,69%	50
Jateí	3,1	81,60%	8	4,2	72,40%	14	-6	1,69%	50
Água Clara	3,5	92,10%	4	4,7	81,00%	9	-5	1,64%	53
Nioaque	3,3	86,80%	6	4,4	75,90%	12	-6	1,60%	54
Miranda	2,8	73,70%	11	3,7	63,80%	18	-7	1,55%	56
Paranaíba	3,1	81,60%	8	4,1	70,70%	15	-7	1,55%	55
Corguinho	3,6	94,70%	3	4,7	81,00%	9	-6	1,48%	57
São Gabriel do Oeste	3,6	94,70%	3	4,7	81,00%	9	-6	1,48%	57
Caarapó	3,3	86,80%	6	4,3	74,10%	13	-7	1,47%	59
Dourados	3,3	86,80%	6	4,3	74,10%	13	-7	1,47%	59
Ribas do Rio Pardo	3,3	86,80%	6	4,3	74,10%	13	-7	1,47%	59
Taquarussu	3,8	100,00 %	1	4,9	84,50%	7	-6	1,41%	62
Deodápolis	3,6	94,70%	3	4,6	79,30%	10	-7	1,36%	63
Laguna Carapã	3	78,90%	9	3,8	65,50%	17	-8	1,31%	64
Rio Verde de Mato Grosso	3	78,90%	9	3,8	65,50%	17	-8	1,31%	64
Nova Alvorada do Sul	3,3	86,80%	6	4,1	70,70%	15	-9	1,21%	66

Bodoquena	3,4	89,50%	5	4,2	72,40%	14	-9	1,17%	67
Santa Rita do Pardo	3,4	89,50%	5	4,2	72,40%	14	-9	1,17%	67
Caracol	3,5	92,10%	4	4,3	74,10%	13	-9	1,14%	69
Porto Murtinho	3,3	86,80%	6	4	69,00%	16	-10	1,07%	70
Pedro Gomes	3,6	94,70%	3	4,3	74,10%	13	-10	0,99%	71
Vicentina	3,8	100,00 %	1	4,4	75,90%	12	-11	0,81%	72
Sidrolândia	3,4	89,50%	5	3,7	63,80%	18	-13	0,47%	73
Rio Negro	2,8	73,70%	11	-	-	-	-	-	-
Juti	3	78,90%	9	-	-	-	-	-	-
Tacuru	3,2	84,20%	7	-	-	-	-	-	-
Jaraguari	3,4	89,50%	5	-	-	-	-	-	-
Bandeirantes	3,7	97,40%	2	-	-	-	-	-	-
Paraíso das Águas	-	-	-	4,8	82,80%	8	-	-	-

Fonte: Censo da Educação Superior 2021.

Tabela 3: Ideb para o Ensino Médio

Nome do Município	IDEB 2005	% Lider 2005	Posição 2005	IDEB 2023	% Líder 2023	Posição 2023	Variação da posição	Taxa de crescimento Anual	Ranking Taxa de Crescimento Anual
Novo Horizonte do Sul	2,8	59,60%	19	4,6	97,90%	2	17	8,27%	1
Ivinhema	3,2	68,10%	15	4,7	100,00 %	1	14	6,41%	2
Tacuru	2,5	53,20%	21	3,6	76,60%	12	9	6,08%	3
Santa Rita do Pardo	2,8	59,60%	19	3,9	83,00%	9	10	5,52%	4
Paraíso das Águas	3,2	68,10%	15	4,3	91,50%	5	10	4,92%	5
Deodápolis	2,9	61,70%	18	3,8	80,90%	10	8	4,50%	6
Vicentina	3,5	74,50%	12	4,5	95,70%	3	9	4,19%	7
Itaporã	3,3	70,20%	14	4,2	89,40%	6	8	4,02%	8
Terenos	3,3	70,20%	14	4,2	89,40%	6	8	4,02%	8
Ponta Porã	3	63,80%	17	3,8	80,90%	10	7	3,94%	10
Nioaque	3,1	66,00%	16	3,9	83,00%	9	7	3,83%	11
Corumbá	3,1	66,00%	16	3,8	80,90%	10	6	3,39%	12
Aquidauana	3,2	68,10%	15	3,9	83,00%	9	6	3,30%	13
São Gabriel do Oeste	3,7	78,70%	10	4,5	95,70%	3	7	3,26%	14
Miranda	2,8	59,60%	19	3,4	72,30%	14	5	3,24%	15
Mundo Novo	3,4	72,30%	13	4,1	87,20%	7	6	3,12%	16
Figueirão	3,9	83,00%	8	4,7	100,00 %	1	7	3,11%	17
Angélica	3,2	68,10%	15	3,8	80,90%	10	5	2,86%	18
Costa Rica	3,5	74,50%	12	4,1	87,20%	7	5	2,64%	19
Três Lagoas	3,7	78,70%	10	4,3	91,50%	5	5	2,50%	20
Anastácio	3,1	66,00%	16	3,6	76,60%	12	4	2,49%	21
Alcinópolis	3,8	80,90%	9	4,4	93,60%	4	5	2,44%	22
Coronel Sapucaia	3,2	68,10%	15	3,7	78,70%	11	4	2,42%	23
Chapadão do Sul	3,6	76,60%	11	4,1	87,20%	7	4	2,17%	24
Ribas do Rio Pardo	3,3	70,20%	14	3,7	78,70%	11	3	1,91%	25
Selvíria	3,3	70,20%	14	3,7	78,70%	11	3	1,91%	25
Antônio João	3,4	72,30%	13	3,8	80,90%	10	3	1,85%	27
Amambai	3,5	74,50%	12	3,9	83,00%	9	3	1,80%	28
Coxim	3,5	74,50%	12	3,9	83,00%	9	3	1,80%	28
Jaraguari	3,6	76,60%	11	4	85,10%	8	3	1,76%	30
Fátima do Sul	3,7	78,70%	10	4,1	87,20%	7	3	1,71%	31

Rio Brilhante	3,7	78,70%	10	4,1	87,20%	7	3	1,71%	31
Bataguassu	4,1	87,20%	6	4,5	95,70%	3	3	1,55%	33
Caracol	4	85,10%	7	4,3	91,50%	5	2	1,21%	34
Paranaíba	3,1	66,00%	16	3,3	70,20%	15	1	1,04%	35
Ladário	3,4	72,30%	13	3,6	76,60%	12	1	0,95%	36
Sidrolândia	3,4	72,30%	13	3,6	76,60%	12	1	0,95%	36
Sete Quedas	4	85,10%	7	4,2	89,40%	6	1	0,81%	38
Bonito	3,3	70,20%	14	3,4	72,30%	14	0	0,50%	39
Anaurilândia	3,5	74,50%	12	3,6	76,60%	12	0	0,47%	40
Maracaju	3,5	74,50%	12	3,6	76,60%	12	0	0,47%	40
Nova Alvorada do Sul	3,5	74,50%	12	3,6	76,60%	12	0	0,47%	40
Dourados	3,6	76,60%	11	3,7	78,70%	11	0	0,46%	43
Campo Grande	3,7	78,70%	10	3,8	80,90%	10	0	0,44%	44
Cassilândia	3,7	78,70%	10	3,8	80,90%	10	0	0,44%	44
Jateí	3,9	83,00%	8	4	85,10%	8	0	0,42%	46
Aral Moreira	3,5	74,50%	12	3,5	74,50%	13	-1	0,00%	47
Camapuã	3,4	72,30%	13	3,4	72,30%	14	-1	0,00%	47
Guia Lopes da Laguna	4,7	100,00 %	1	4,6	97,90%	2	-1	-0,36%	49
Nova Andradina	4,3	91,50%	4	4,2	89,40%	6	-2	-0,39%	50
Bela Vista	4,2	89,40%	5	4,1	87,20%	7	-2	-0,40%	51
Itaquiraí	3,7	78,70%	10	3,6	76,60%	12	-2	-0,46%	52
Aparecida do Taboado	3,5	74,50%	12	3,4	72,30%	14	-2	-0,48%	53
Taquarussu	4,6	97,90%	2	4,2	89,40%	6	-4	-1,52%	54
Inocência	4,1	87,20%	6	3,7	78,70%	11	-5	-1,71%	55
Caarapó	4,2	89,40%	5	3,5	74,50%	13	-8	-3,04%	56
Japorã	3,3	70,20%	14	2,7	57,40%	16	-2	-3,34%	57
Dois Irmãos do Buriti	-	-	-	3,5	74,50%	13	-	-	-
Corguinho	4,4	93,60%	3	-	-	-	-	-	-
Batayporã	3,9	83,00%	8	-	-	-	-	-	-
Bodoquena	3,8	80,90%	9	-	-	-	-	-	-
Bandeirantes	3,7	78,70%	10	-	-	-	-	-	-
Glória de Dourados	3,7	78,70%	10	-	-	-	-	-	-
Naviraí	3,7	78,70%	10	-	-	-	-	-	-
Rio Verde de Mato Grosso	3,7	78,70%	10	-	-	-	-	-	-
Rochedo	3,7	78,70%	10	-	-	-	-	-	-

Brasilândia	3,6	76,60%	11	-	-	-	-	-	-
Jardim	3,6	76,60%	11	-	-	-	-	-	-
Sonora	3,6	76,60%	11	-	-	-	-	-	-
Eldorado	3,4	72,30%	13	-	-	-	-	-	-
Pedro Gomes	3,4	72,30%	13	-	-	-	-	-	-
Paranhos	3,3	70,20%	14	-	-	-	-	-	-
Iguatemi	3,2	68,10%	15	-	-	-	-	-	-
Juti	3	63,80%	17	-	-	-	-	-	-
Douradina	2,9	61,70%	18	-	-	-	-	-	-
Laguna Carapã	2,6	55,30%	20	-	-	-	-	-	-
Rio Negro	2,6	55,30%	20	-	-	-	-	-	-
Porto Murtinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo da Educação Superior 2021.